

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Em 2016 a Trensurb iniciou o novo ciclo do planejamento estratégico. Neste exercício, a Empresa primou pelo controle de gastos e utilização dos recursos, atenta como sempre ao rigor na execução orçamentária, priorizando o cumprimento de sua missão de transportar pessoas com segurança.

PERFIL DA EMPRESA

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A é uma Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Ministério das Cidades e atua no segmento de transporte urbano e metropolitano de passageiros. Foi constituída mediante autorização do artigo 5º da Lei n.º 3.115, de 16/03/1957 e Decreto n.º 84.640, de 17/04/1980, sendo regida por seu Estatuto Social, legislação aplicável às Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976, consolidada) e por Regimento Interno. Seu objeto social é:

- Planejamento, implantação e prestação de serviços de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre;
- Planejamento, implantação e operação de quaisquer equipamentos e sistemas de integração com o sistema de transporte ferroviário;
- Planejamento e implantação de prédios conexos ao seu sistema de transporte ferroviário, permitida a participação de terceiros e respectiva exploração econômica, direta e indiretamente; e
- Explorar economicamente a marca, a patente, a denominação, a insígnia, bem como todos e quaisquer recursos ou potenciais da sociedade, a exemplo do conhecimento tecnológico e administrativo, bens móveis ou imóveis, áreas, espaços, equipamentos, podendo prestar serviços a terceiros no âmbito do domínio da atividade, direta ou consorcialmente.

Nominativa da Diretoria Executiva: Diretor-Presidente, Francisco José Soares Hörbe; Diretora de Administração e Finanças, Maria Cecília da Silva Brum; Diretor de Operações; Eurico de Castro Faria.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Em 2016 a Trensurb inicia um novo ciclo do planejamento estratégico, realizando revisão da sua identidade organizacional. Missão, Visão e Valores ficaram assim definidos:

MISSÃO: Transportar pessoas de forma rápida, segura, limpa e com qualidade, conectando diferentes destinos.

VISÃO: Ser referência nacional na operação do sistema metroferroviário e na consolidação da tecnologia aeromóvel, através do comprometimento com a melhoria contínua dos padrões de excelência de operação, de gestão e em projetos de expansão.

VALORES: Urbanidade (presteza e bom atendimento aos usuários); Eficiência (uso eficiente dos recursos); Respeito à diversidade; Participação na busca de soluções; Cooperação e parceria; Cultivo de condutas ambientalmente sustentáveis; Integração com a comunidade; Cultura organizacional com sinergia e base ética; Sentimento de pertencimento e orgulho de ser Trensurb.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS: As diretrizes estratégicas são pilares da estratégia que auxiliam a empresa a estabelecer o foco no alcance da visão:

- EFICIÊNCIA OPERACIONAL: Excelência no serviço aos usuários;
- EFICIÊNCIA ECONÔMICA: Uso eficiente dos recursos e redução progressiva da necessidade de subvenção federal;
- DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: Investimentos em projetos de infraestrutura e inovação tecnológica do setor metroferroviário;
- COMPROMISSO INSTITUCIONAL: No desenvolvimento do transporte público e na responsabilidade socioambiental.

PRINCIPAIS RESULTADOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

Criação da Comissão de Ética

A Trensurb criou sua primeira Comissão de Ética. São três membros titulares e três suplentes que tem funções consultiva, educativa e investigativa na missão de fazer valer o Código de Ética da empresa.

Inauguração do Laboratório de Metrologia

A Empresa passou a realizar de forma autônoma os testes de qualidade dos materiais e equipamentos adquiridos, trazendo maior qualidade, confiabilidade e economia.

Modelo de Concessão de Áreas Potenciais como Estações e Entornos

A Trensurb adotou modelo de concessão de direito de uso de área para construção de terminal intermodal de transporte associado a um empreendimento comercial junto a estação Novo Hamburgo e que poderá ser replicado em outras estações de passageiros para incremento da receita não tarifária.

Modernização Administrativa

Foram concluídas as Implantações: do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) que tornou eletrônica a tramitação dos processos, trouxe agilidade e rastreabilidade aos atos administrativos, além da redução das impressões em papel; e do Sistema de Gestão Empresarial (ERP), que dará maior agilidade, confiabilidade e integração das informações contábeis e financeiras.

Comunicação com Usuários nas Redes Sociais

Em 2016, foram 11.214 likes no Facebook. Já no Twitter, foram 26.694 novos seguidores no ano, o que quase duplicou o número de fãs no site: de 33.400 em janeiro para 56.800 no fim do ano (crescimento de 70%) demonstrando maior aproximação com usuários nas mídias sociais.

Aquisição de Solução de Armazenamento de Dados de Informática

Foi adquirida solução de armazenamento de dados de informática que além da atualização tecnológica necessária, triplicará a capacidade de armazenamento atual.

Gestão Orçamentária e Financeira

O ano de 2016 foi um ano desafiador para a gestão orçamentária e financeira, em virtude dos limites aprovados na Lei Orçamentária Anual serem restritos em relação à todas as necessidades da Trensurb, somados ao contingenciamento de recursos impostos pela União. Diante deste cenário, a Trensurb, o Conselho de Administração e o Ministério das Cidades, reuniram esforços para a recomposição do orçamento anual da Trensurb e ampliação da disponibilidade orçamentária, permitindo que a empresa encerrasse o exercício com suas obrigações orçamentárias e financeiras regularizadas.

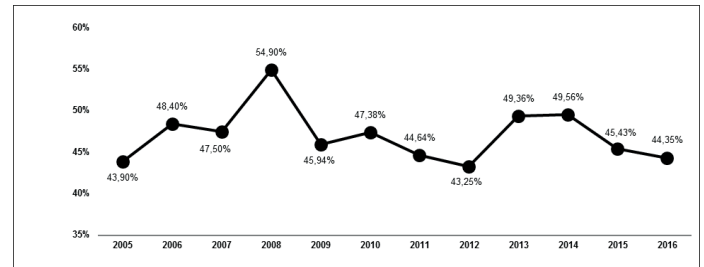
Cabe salientar que para o exercício de 2017 a Trensurb conquistou um maior limite orçamentário em relação ao ano anterior, o que permitirá uma gestão orçamentária e financeira mais adequada.

Gestão Operacional

O recebimento dos novos trens da série 200 foi positivo para a instituição, pois atendeu o objetivo de ofertar melhores condições aos usuários. Por outro lado, o surgimento da necessidade de recall nesta frota trouxe sua indisponibilidade para operação. Diante desta realidade, a administração, atenta, busca envidar esforços jurídicos, técnicos e administrativos para na maior brevidade, regularizar esta situação e retornar a frota nova à atividade operacional, além de revisar processos, métodos e procedimentos contratuais.

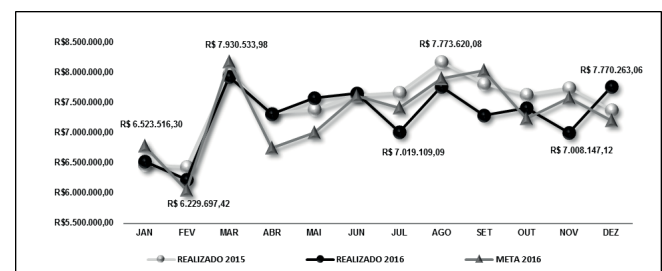
PRINCIPAIS RESULTADOS

Taxa de Cobertura Operacional

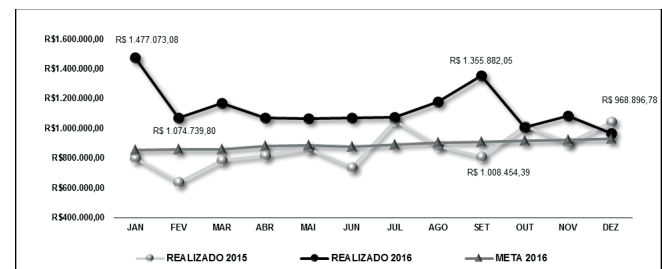


Este é o principal índice financeiro da Trensurb e seu crescimento é um dos objetivos permanentes da Empresa. Mede-se a cobertura econômica com receitas próprias, frente às despesas de funcionamento. Em 2016 a empresa alcançou o percentual de 44,35%, sendo a meta de 41,19%. O alcance deste resultado foi decorrente do aprofundamento do controle e redução de gastos, considerando que não há aumento da tarifa desde 2008. Registra-se que a Diretoria e o Conselho de Administração da Trensurb, vêm buscando alternativas para regularizar o reajustamento tarifário do transporte metroviário prestado pela empresa, visto que o Ministério da Fazenda se declara sem competência para tal, uma vez que a Lei da Mobilidade Urbana, nº 12.587/2012, atribui tal competência de fixação dos níveis tarifários ao Poder Público delegante, neste caso, aos Estados, por se tratar de transporte intermunicipal.

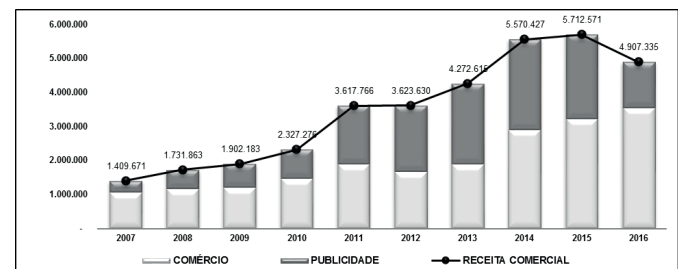
Receita Operacional de Transporte



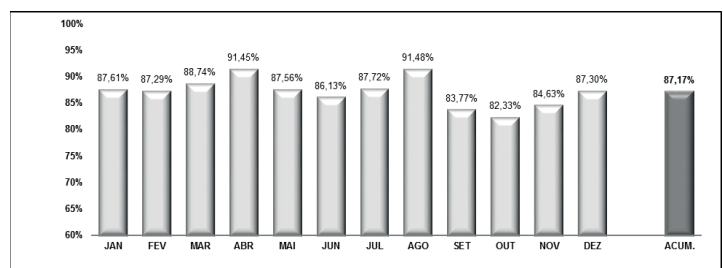
Receita Financeira



Receita Comercial



Índice de Eficiência Operacional



O IEO é um método desenvolvido pela Trensurb para mensuração da eficiência na prestação do serviço de transporte. Este índice é composto por quatro atributos (disponibilidade, regularidade, segurança e atendimento/conforto), que relacionam a performance de todos os itens operacionais e de manutenção que afetam a qualidade do serviço para o usuário, que combinados entre si, compõem uma nota de avaliação interna da qualidade do serviço ofertado.

O resultado do IEO em 2016 ficou em 87,17%, contra 92,70% em 2015, e foi menor por dois motivos: pela revisão de conceitos do IEO no mês de agosto de 2015; e pela queda nos atributos de disponibilidade (recall dos trens da série 200) e de atendimento/conforto (redução nos índices de reclamação, sistemas de acesso e taxa de ocupação).

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NOTA	2016	2015		NOTA	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	66.102.625	82.688.491	Fornecedores		21.214.716	30.890.213
Créditos pela venda de serviços	5	2.349.874	1.385.136	Impostos e taxas a recolher		661.330	826.153
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto	6	16.808.809	5.661.211	Contribuições sociais a recolher		2.888.579	3.100.669
Adiantamento de férias e débitos de empregados	7	3.444.615	2.869.347	Obrigações trabalhistas		7.142	5.575
Adiantamento de fornecedores		63.186	3.813	Adiantamento de Clientes	14	141.500	1.166.283
Direitos a receber	8	367.677	494.966	Credores por convênios	15	593.312	545.746
Impostos a recuperar	19	6.662.217	3.868.127	Credores por depósitos		191.498	174.698
Estoques	9	27.603.335	24.172.301	Férias e encargos sociais		11.560.119	11.025.290
Despesas do exercício seguinte		83.736	72.827	Provisão para contingências trabalhistas	16a	346.666.157	228.855.780
		123.486.074	121.216.219	Provisão para contingências cíveis	16b	23.890.907	1.630.616
						407.815.260	278.221.023
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Provisão IR/CS diferido	12b	22.697.289	24.097.476
Aplicação em títulos e valores mobiliários		675	675	Adiantamentos para aumento de capital	18a	303.588.886	260.336.255
Depósitos judiciais	10	16.176.803	13.415.371			326.286.175	284.433.731
Débitos de empregados	7	385.531	525.477	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Garantias à Juízo	11	22.827.054	15.887.764	Capital social	17	1.673.424.165	1.673.424.165
Penhora s/ receita própria	11	3.178.818	877.917	Ajuste avaliação patrimonial	12b	44.059.210	46.777.453
		42.568.882	30.707.204	Prejuízos acumulados		(769.977.527)	(573.054.146)
						947.505.848	1.147.147.472
Investimentos em participações societárias		22.696	22.696	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	12	1.506.857.986	1.551.160.648			1.681.607.284	1.709.802.226
Intangível	13	8.671.647	6.695.459				
		1.515.552.328	1.557.878.803				
		1.558.121.210	1.588.586.007				
TOTAL DO ATIVO		1.681.607.284	1.709.802.226				

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	2016	2015
RECEITA BRUTA			
Serviço de Transporte Metroviário		87.508.633	89.684.411
Aluguéis, arrendamentos e concessões		4.547.335	5.352.571
Consultoria Atividade Tec. Engenharia		-	570.926
		92.055.967	95.607.908
Tributos sobre a receita bruta e devolução vendas		(1.277.970)	(2.728.896)
RECEITA LÍQUIDA	20	90.777.998	92.879.012
Custo dos serviços prestados		(215.792.277)	(211.960.882)
PREJUÍZO BRUTO		(125.014.280)	(119.081.869)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(76.948.508)	(89.790.890)
Outras receitas e despesas		(153.320.224)	(15.156.963)
Provisão/reversão ações trabalhistas	16a	(127.980.701)	(23.601.609)
Provisão/reversão ações cíveis	16b	(22.662.121)	(75.625)
Reversão (provisão) trabalhistas		-	7.863.807
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(2.677.401)	656.465
		(230.268.732)	(104.947.853)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(355.283.011)	(224.029.722)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(26.826.421)	(42.765.254)
Receitas financeiras		13.616.202	10.380.378
Despesas financeiras		(40.442.623)	(53.145.632)
SUBVENÇÕES DO TESOUREO NACIONAL	18b	181.067.620	169.106.105
PREJUÍZO OPERACIONAL		(201.041.811)	(97.688.871)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(201.041.811)	(97.688.871)
PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(201.041.811)	(97.688.871)
Prejuízo por ação do capital social		-0,028	-0,014

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		1.454.992.927	49.495.470	(479.483.482)	1.025.004.915
Créditos para futuro aumento de capital		-	-	-	-
Recursos recebidos		-	-	-	-
Atualização financeira		-	-	-	-
Aumento de Capital		218.431.238	-	-	218.431.238
Por incorporação de créditos		218.431.238	-	-	218.431.238
Total do resultado abrangente		-	(2.718.017)	(93.570.664)	(96.288.681)
Prejuízo do exercício		-	-	(97.688.871)	(97.688.871)
Ajuste avaliação patrimonial		-	(2.718.017)	4.118.208	1.400.190
Realização da reserva do custo atribuído		-	(4.118.208)	4.118.208	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído		-	1.400.190	-	1.400.190
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		1.673.424.165	46.777.453	(573.054.146)	1.147.147.472
Créditos para futuro aumento de capital		-	-	-	-
Recursos recebidos		-	-	-	-
Atualização financeira		-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-
Por incorporação de créditos		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		-	(2.718.243)	(196.923.381)	(199.641.624)
Prejuízo do exercício		-	-	(201.041.811)	(201.041.811)
Ajuste avaliação patrimonial		-	(2.718.243)	4.118.430	1.400.187
Realização da reserva do custo atribuído	12b	-	(4.118.430)	4.118.430	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	12b	-	1.400.187	-	1.400.187
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		1.673.424.165	44.059.210	(769.977.527)	947.505.848

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	2016	2015
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO AJUSTADO POR:		(201.041.811)	(97.688.871)
Depreciação e Amortização		42.714.587	41.279.965
Baixa de bens do ativo imobilizado		4.169.656	410.158
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	18a	38.215.738	52.772.572
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis	16	150.642.822	15.813.427
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional	18b	(181.067.620)	(169.106.105)
		(146.366.629)	(156.518.854)
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos pela venda de serviços		(964.737)	(460.999)
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(11.147.599)	448.790
Estoques		(3.431.034)	(4.180.729)
Tributos e Contribuições a Recuperar		(2.794.091)	(1.326.532)
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		(12.001.624)	(4.018.500)
Demais contas de Ativo		(378.314)	442.612
		(30.717.398)	(9.095.359)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		(9.675.497)	(31.233.790)
Impostos e taxas a recolher		(164.822)	88.107
Contribuições sociais a recolher		(212.089)	767.496
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		536.595	44.201
Credores por convênios e depósitos		(960.617)	(51.238)
Plano de previdência e pensão a empregados		-	-
Contingências trabalhistas e cíveis	16	(10.572.154)	(11.055.164)
		(21.048.584)	(41.440.388)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais		(198.132.611)	(207.054.600)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(4.557.768)	(28.676.472)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		(4.557.768)	(28.676.472)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos recebidos para aumento de capital	18a	5.036.894	76.150.100
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional	18b	181.067.620	169.106.104
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento		186.104.514	245.256.204
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	(16.585.866)	9.525.132
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		82.688.491	73.163.359
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		66.102.625	82.688.491

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	2016	2015
Receita de prestação de serviços		87.508.633	89.684.411
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões		4.547.335	5.352.571
Receita de consultoria atividade téc. engenharia		-	570.926
Outras receitas e despesas (líquidas)		(2.677.401)	656.465
Provisões trabalhistas e cíveis		(150.642.822)	(15.813.427)
		(61.264.255)	80.450.946
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Materiais consumidos		(10.092.880)	(10.660.930)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais		(90.292.196)	(93.966.034)
Perda na realização de ativos		(2.615)	-
		(100.387.691)	(104.626.964)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(161.651.946)	(24.176.018)
Depreciação e amortização		(42.714.587)	(41.279.965)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		(204.366.533)	(65.455.984)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas de Subvenções		181.067.620	169.106.105
Receitas financeiras		13.616.202	10.380.378
		194.683.822	179.486.483
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(9.682.711)	114.030.499
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		(9.682.711)	114.030.499
Pessoal e encargos			
Remuneração direta		107.102.701	116.757.155
Benefícios		19.218.747	18.356.337
FGTS		7.639.134	7.092.719
		133.960.582	142.206.210
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		14.344.470	13.085.707
Estaduais		884.652	2.173.081
Municipais		1.851	28.546
		15.230.973	15.287.334
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		2.226.885	373.060
Aluguéis		1.724.922	1.080.195
		3.951.807	1.453.255
Juros sobre adiantamento de capital		38.215.738	52.772.572
Prejuízo retido		(201.041.811)	(97.688.871)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

	2016	2015
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(201.041.811)	(97.688.871)
Depreciação do custo atribuído	4.118.430	4.118.208
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(196.923.382)	(93.570.664)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(valores expressos em reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TRENSURB é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras individuais da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das sociedades por ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da empresa, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 07/03/2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas para reconhecimento e mensuração de elementos do patrimônio e do resultado estão descritas a seguir:

a) Apuração do resultado do exercício

O resultado é apropriado com base no regime de competência, sendo as receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilheteagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU; as Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. Os custos dos serviços prestados envolvem custo de pessoal e encargos,

depreciação e amortização, custo de energia elétrica de tração e serviços ligados à atividade de operação, manutenção e de sistemas metroviários.

b) Instrumentos Financeiros

b.1) Ativos financeiros não derivativos

A empresa reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A empresa possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

b.2) Passivos financeiros não derivativos

A empresa reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A empresa possui fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

d) Créditos

São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável.

e) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção foram avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída quando aplicável provisão para perda ao valor recuperável, em montante considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

f) Investimentos em participações societárias

Os investimentos em outras sociedades estão avaliados ao custo de aquisição, que não superam o seu valor de mercado.

Valor - R\$	DESCRIÇÃO
97.070	Valor referente a registros de Depósitos Judiciais em contas do Circulante no SIAFI e no Não Circulante na contabilidade Societária por melhor adequação do termo da conta.
4.768.646	Valor referente a penhoras e provisão efetuadas na arrecadação que estão em fase de recuperação no SIAFI e registrada na contabilidade Societária no longo prazo.
(421.114)	Valor não registrado no SIAFI ref. a baixa de bilhetes magnéticos.
(837.587)	Valor referente a atualização e ajuste nas contas de tributos a compensar e recuperar, por falta de tempo hábil para os registros.
140.708	Valores registrados em diversas contas na contabilidade Societária e que não foram possíveis serem ajustados no SIAFI em razão do prazo permitido conforme norma de encerramento.
3.747.724	Total da Diferença no ATIVO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis.

b) A diferença no Ativo não Circulante - Realizável a Longo Prazo de R\$ 8.980.294 a menor na contabilidade da Lei nº 4.320/64 está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor - R\$	DESCRIÇÃO
4.994.109	Valor referente a atualizações e ajuste de registro entre a contabilidade do SIAFI e a Societária, por falta de tempo hábil para registro no SIAFI.
60.711	Valor referente a registros de bloqueio s/ Aplic. Financeira em contas do Circulante no SIAFI e no Não Circulante na contabilidade Societária por melhor adequação do termo da conta.
746.656	Valor referente a processos judiciais pagos com recursos próprios.
3.178.818	Valor referente a penhoras efetuadas na arrecadação que estão em fase de recuperação no SIAFI e registrada na contabilidade Societária no longo prazo.
8.980.294	Total da Diferença no ATIVO NÃO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis.

c) A diferença no Ativo não Circulante - Imobilizado no valor de R\$ 18.163.594 Intangível no valor de R\$ 91.560, respectivamente a maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 ocorreu devido fatores e orientação da CCONT/STN quanto ao registro de Restos a Pagar no SIAFI referente a valores de imobilizado, conforme demonstrativo abaixo:

Valor - R\$	DESCRIÇÃO
20.129.958	Valor referente a registros no Imobilizado referente ao saldo de Restos a pagar, conforme orientação através do comunica 2015/0809144 de 18/05/2015.
(2.085.097)	Valor referente a provisão de notas de Restos a Pagar.
118.733	Valor referente a registro de depreciação registrada indevidamente como estorno
0,03	Ajuste registro referente CPC 27, após fechamento do prazo de registro no SIAFI
18.163.594	Total da Diferença no ATIVO NÃO CIRCULANTE-IMOBILIZADO entre os dois sistemas contábeis.
91.560	Valor ref. NF 304 RGM treinamento e implantação do Sistema com NE de 2015

d) A diferença no Passivo Circulante de R\$ 38.425.033, a maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor - R\$	DESCRIÇÃO
29.252.706	Valor registrado em duplicidade no SIAFI referente ao ajuste da provisão processos Cíveis, que não foi possível efetuar o acerto em razão do fechamento do sistema SIAFI.
6.518.323	Valor referente a provisão de fornecedores ajustada após o fechamento do SIAFI.
2.654.004	Valor referente a liquidação de sentenças pagas com Recursos Próprios para posterior recuperação dos valores.
38.425.033	Total da Diferença no PASSIVO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis.

e) A diferença no Passivo Não Circulante de R\$ 2.800.378 a maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor - R\$	DESCRIÇÃO
2.800.378	Valor referente a registros de IR/CSLL REF AJUSTE DE MAIS VALIA, sem situação contábil que permitisse o registro correto no SIAFI.
2.800.378	Total da Diferença no ATIVO NÃO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis.

f) A diferença no Patrimônio Líquido de R\$ (28.202.828) a menor na contabilidade da Lei nº 4.320/64 está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor - R\$	DESCRIÇÃO
(20.129.958)	Saldo de valores registrados em Restos a pagar referente a 2012 não processados em liquidação no SIAFI com contra partida de Resultado e que na contabilidade societária somente será registrada mediante a apresentação do documento fiscal com o Material e/ou serviço.
(5.831.696)	Valor referente apropriação de rendimentos de Depósitos Judiciais trabalhistas e Tributos a recuperar/compensar, não registrados no SIAFI, em razão do encerramento do prazo estipulado no SIAFI.
(1.589.828)	Provisão referente valores a serem ressarcidos da conta do Tesouro por PF.
(651.346)	Valores referentes a registros em diversas contas que não puderam ser efetuadas no SIAFI em tempo hábil, em razão do prazo permitido conforme norma de encerramento.
(28.202.828)	Total da Diferença no PATRIMONIO LIQUIDO entre os dois sistemas contábeis.

23. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	28.396	22.470	24.445
Empregados	25.201	2.017	6.946

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016

FRANCISCO JOSÉ SOARES HÖRBE

Diretor Presidente

CPF 037.280-00

MARIA CECILIA DA SILVA BRUM

Diretora de Administração e Finanças

CPF 515.910-00

EURICO DE CASTRO FARIAS

Diretor de Operações

CPF 723.210-00

SONIA MARIA DE MOURA

Setor de Contabilidade e Patrimônio

Contadora CRC/RS 75.055

CPF 086.060-00

VILMAR MENEZES PAZ

Gerência de Orçamento e Finanças

CPF 344.990-00

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores e Acionistas da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da Companhia decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Demonstração do Resultado do Exercício, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 201.041 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, para a Demonstração do Fluxo de Caixa que apresenta R\$ 198.132 mil de fluxo de caixa negativo, relacionado as atividades operacionais. Conforme apresentado na Nota 18 c), o orçamento para 2017, com base na Lei Orçamentária é de R\$ 276.777 mil, o valor de R\$ 168.192 mil, refere-se a previsão de recursos de Subvenção. A continuidade operacional da Companhia está condicionada ao recebimento destes recursos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2017.

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – S - SP
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
1CRC RS – 65.932/O-7 – S - SP
Sócia Responsável Técnica

PARECER DO CONSELHO FISCAL
Nº 01/2017

O Conselho Fiscal da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, usando de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista as atividades desenvolvidas, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, assim como as Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, tendo como referência o Relatório do Grupo Maciel Auditores S/S, Auditores Independentes, emitido em 10 de fevereiro 2017, o Relatório da Auditoria Interna nº 381/2017, relativo a atividade 03 – Balanço de 31/12/2016, os quais adota na sua íntegra, conclui que os referidos documentos representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Empresa, naquela data, encontrando-se em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 07 de março de 2017.

Edilson dos Santos Macedo
Presidente do Conselho Fiscal
CPF: 906.319.278-91

Fabiola Fiche Seabra K. Do Nascimento
Conselheira
CPF: 240.038.831-87

Viviana Simon
Conselheira
CPF: 843.598.469-81

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REC-0004/2016 – 07/03/2017

APROVA RELATÓRIO ANUAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Conselho de Administração da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A.- TRENSURB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do inciso V, da Cláusula 25, do Estatuto Social, RESOLVE:

1 - Manifestar-se pela aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, para o fim do inciso I, do Art. 132, da Lei 6.404/76.

Marco Aurélio de Queiroz Campos
Presidente do Conselho de Administração